

Austeridade financeira preocupa governadores

por **Maria Cristina Fernandes**
de São Paulo

O mandato dos 27 governadores inicia-se neste 1º de janeiro sob dois imperativos aparentemente irreconciliáveis: o cumprimento das promessas eleitorais e o compromisso com a austeridade financeira.

Em seus dois principais discursos desde a eleição, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso repisou o tema com ar de cobrança: ele acredita não apenas a sua eleição como também a da maioria dos governadores ao desejo manifestado pelo eleitor de manutenção do Plano Real e condiciona-o ao saneamento das finanças públicas.

Se no discurso a lógica parece encadeada, na prática das relações União x Estados da intrincada Federação brasileira, a austeridade financeira é talvez a meta mais comumente anunciada e menos cumprida da maioria dos governantes brasileiros.

O início da nova administração será marcado pela tentativa de renegociação da dívida mobiliária estadual, hoje calculada em R\$ 23

bilhões. Os bancos estaduais, levados a uma relação permissiva com os tesouros estaduais, estarão no alvo das políticas federais de saneamento das finanças públicas.

A provocação de Divaldo Suruagy, futuro governador de Alagoas, é um exemplo de como funcionam as regras do jogo. "O modelo para o meu banco é o que o governo fará com o Banespa", disse o governador alagoano à editora-assistente Ana Luiza Mahlmeister, ao antecipar que seu partido (PMDB) não aceitará um tratamento diferenciado a governadores que, como Mário Covas, em São Paulo, desfrutam a condição de correligionários do presidente eleito.

Nem dos aliados, no entanto, Fernando Henrique deve esperar uma colaboração ampla, geral e irrestrita. O futuro governador paulista repassa para seu amigo presidente a provocação de Suruagy: "Daremos ao Banespa o mesmo tratamento que o governo federal der ao Banco do Brasil".

O jogo de provocações reflete os maiores entraves ao sucesso do saneamento financeiro dos estados.

Os governadores estarão atentos e dispostos a alardear a distribuição desigual de sacrifícios entre os estados e na esfera do próprio governo federal.

A referência de Covas ao Banco do Brasil não é a toa. Um dos principais desafios de Fernando Henrique será manter intacta sua base de apoio parlamentar e levar à frente uma política de crédito restrito a instituições financeiras e de fomento, como o Banco do Brasil, cujas portas estão tradicionalmente abertas no Brasil aos aliados do poder.

"O equilíbrio entre o controle de gastos da gestão Fernando Henrique e as ambições dos governadores eleitos vai dar o tom da grande polêmica em que estaremos envolvidos a partir do próximo ano", analisa o senador gaúcho Pedro Simon (PMDB-RS).

Se a indisposição dos governadores em aceitar sacrifícios for proporcional às suas ambições, já está dado o potencial dos conflitos que poderão marcar a nova administração federal e dos estados.

(Continua na página 6)